

máximo, elemento

máximas, a sua contribuição conversacional pode ser classificada como PRAGMATICAMENTE deficiente — uma vez que transmitiu ao interlocutor, ou interlocutores, a ideia de que acredita que nem todos os ministros russos são corruptos. Em resumo, portanto, uma conduta conversacional inconsistente com as máximas é descritível como conducente à ineficácia na veiculação de informação e, logo, como uma conduta conversacional incompetente. *Ver também* COMPETÊNCIA, IMPLICATURA CONVERSACIONAL, PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO, PRAGMÁTICA. AHB/PS

Grice, H. P. 1975. *Logic and Conversation*. In H. P. Grice, *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

Levinson, S. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

máximo, elemento *Ver* ORDENS.

membro Dizer que x é membro de Y é o mesmo que dizer que x é elemento de Y . *Ver* CONJUNTO.

mentalês *Ver* linguagem do pensamento.

mente-corpo *Ver* problema da mente-corpo.

mentirosa, frase *Ver* paradoxo do mentiroso.

mentiroso, paradoxo do *Ver* PARADOXO DO MENTIROSO.

metáfora O uso metafórico de palavras (como quando se diz «ele está envolto num mar de problemas» ou «Álvaro Cunhal é uma raposa») põe problemas interessantes acerca da linguagem e acerca do modo como usamos as nossas distinções conceptuais para descrever a realidade. Uma observação básica acerca do tema é que sempre que temos uma frase à qual damos uma interpretação metafórica (por conter pelo menos uma expressão à qual damos esse tipo de interpretação) estamos implicitamente a desistir de a interpretar como seria «normal» fazê-lo — isto é, literalmente. Quando discuti-

mos o valor de verdade de «Álvaro Cunhal é uma raposa», por exemplo, não estamos a entender esta frase como afirmando que Álvaro Cunhal é um espécimen da espécie natural *raposa*, uma vez que, se fosse isso o que a frase queria dizer, ela seria indiscutivelmente falsa — o que não se verifica habitualmente: essa interpretação da frase é apenas aquela (pouco usual, aliás) na qual todas as palavras nela ocorrentes (incluindo «raposa») são interpretadas literalmente.

O que uma teoria da metáfora precisa de explicar, portanto, é como pode uma frase ter CONDIÇÕES DE VERDADE diferentes daquelas que, pelo PRINCÍPIO DA COMPOSICIONALIDADE, se esperaria que tivesse; e, além disso, a razão pela qual certas frases que são semanticamente anómalas na interpretação literal por resultarem do que Ryle denominaria um ERRO CATEGORIAL (por exemplo, «ele está envolto num mar de problemas») conseguem ainda assim ter uma interpretação metafórica legítima.

Esta formulação do problema compromete-nos claramente com a tese de que existe algo denominável de «SIGNIFICADO metafórico» de uma palavra, expressão ou frase apreensível pelos interlocutores — isto é, que as metáforas, além de terem o valor emocional que lhes é habitualmente reconhecido, têm também valor cognitivo. Com efeito, se as frases têm, nas suas interpretações metafóricas, condições de verdade diferentes das que têm quando são interpretadas literalmente, então têm também um significado diferente (em particular, exprimem uma PROPOSIÇÃO diferente) daquele que determina as suas condições de verdade literais. Este ponto de vista é, no entanto, problemático: em geral, não é possível parafrasear o significado metafórico de uma frase em termos do significado (literal ou metafórico) de qualquer outra frase (pelo menos no caso das metáforas «vivas», isto é, aquelas cujo poder sugestivo ainda não esmoreceu). Ao contrário do que defende a tese proposta por Aristóteles na *Retórica*, uma metáfora é mais do que uma comparação elíptica de onde a expressão de comparação foi extraída; dizer «O Álvaro

Cunhal é uma raposa» não é, estritamente, parafraseável em «O Álvaro Cunhal é como uma raposa»; o carácter sugestivo da primeira parece depender de características do seu significado que estão ausentes da segunda. Como diz Goodman (em *Languages of Art*), um símile é talvez analisável em termos de uma metáfora, mas uma metáfora não é analisável em termos de um símile.

Um segundo problema associado ao ponto de vista cognitivista é o de que, apesar de tudo, há visivelmente uma relação de dependência entre o significado metafórico de uma frase e o seu significado literal; o primeiro pode ser visto como uma «reconstrução» do segundo através de um certo mecanismo reinterpreativo. Portanto uma resposta à pergunta acerca do significado metafórico de uma frase e da razão pela qual ele não é, em princípio, parafraseável, tem como condição necessária a resposta à pergunta acerca de qual é exactamente essa relação de dependência, esse «mecanismo». Ora a resposta a esta pergunta não é trivial. Dada a mencionada relação de dependência, não podemos simplesmente dizer que o significado metafórico é distinto do literal, como se estivéssemos perante uma simples AMBIGUIDADE; dizer que o significado metafórico surge através de um processo de mudança do significado literal para o metafórico talvez não seja portanto uma boa maneira de começar. Por outro lado, descrever o mecanismo em termos de uma expansão do significado (e. logo, do âmbito de aplicação) da palavra ou expressão usada metaforicamente também não parece muito elucidativo. Com efeito, há processos de expansão desse tipo que não são metafóricos; assim, parece razoável defender que essa não é uma característica distintiva da metáfora. Não é suficiente, por exemplo, dizer que o significado metafórico de «Álvaro Cunhal é uma raposa» resulta de uma expansão do significado original do predicado «raposa», pelo qual ele tivesse ganho um âmbito de aplicação mais abrangente. Pois «raposa», além do seu significado literal básico (aquele identificativo de uma espécie animal e dos seus membros) e do

seu significado metafórico na referida frase (qualquer que ele seja exactamente) tem um mais abrangente, de acordo com o qual esse predicado é aplicável também à pele das raposas considerada enquanto matéria-prima para fabricar casacos; mas tal expansão de significado dificilmente conta como metafórica.

Em resumo, a nossa explicação de qual é o mecanismo que subjaz à mencionada relação de dependência tem de ser tal que dê conta da diferença entre significado literal e significado metafórico sem se comprometer nem com a ideia de que esses são apenas dois significados que as expressões e, em última análise, as frases ambigualmente têm, nem com a ideia de que o segundo resulta simplesmente de uma expansão do primeiro. O facto de esta não ser uma tarefa trivial levou alguns autores, notoriamente Davidson, a defender que o chamado significado metafórico é uma ilusão — remetendo o valor metafórico de uma metáfora para o domínio do uso dado, em certos contextos, ao seu significado literal. Deste ponto de vista, o uso metafórico de uma frase ou expressão não corresponderia a um conteúdo proposicional diferente do literal; a hipótese de que isso se verificasse é tomada como contraditória com a mencionada não parafraseabilidade das metáforas e com a criatividade com que as metáforas são habitualmente interpretáveis — sem que haja regras que determinem duma vez por todas quando é que uma falsidade ou erro categorial literais podem ser reinterpretados de modo a gerar uma metáfora aceitável (embora não verdadeira, deste ponto de vista). Mas esta tese de Davidson tem óbvios pontos fracos. Em primeiro lugar, a parafraseabilidade não é, na verdade, condição necessária do significado e do conteúdo proposicional literais (como parafrasear «o carro do João é verde escuro», por exemplo?); logo, não é razoável tomá-la como condição necessária do significado e do conteúdo proposicional em geral. Além disso, a tese de Davidson não parece capaz de dar conta do facto de que as metáforas têm interpretações correctas e incorrectas. Interpretar o nosso exemplo acerca de Álvaro Cunhal como refe-

metáfora

rindo-se ao seu aspecto físico (por exemplo, ao facto de ter sobrancelhas hirsutas) contaria como uma interpretação incorrecta da referida metáfora; e não parece razoável explicar esse facto de outro modo que não seja dizendo que não é isso que ela significa. Outro fenómeno que este ponto de vista não parece capaz de enfrentar é o da transformação das metáforas «vivas» em metáforas «mortas» — uma frase como «mete isso na cabeça», por exemplo, dificilmente contaria já como estritamente metafórica, apesar de o ter sido certamente no passado. As metáforas mortas ou moribundas, como esta, caracterizam-se por terem perdido a força sugestiva inicial e por se terem trivializado — de tal modo que são agora razoavelmente parafraseáveis em versões literais (no nosso exemplo, «convence-te disso» seria uma boa paráfrase). Mas se estas metáforas se trivializaram de modo a poderem ter uma paráfrase literal, parece razoável dizer que tais metáforas sempre tiveram um significado — de outro modo não teria havido nada para ser trivializado.

Um ponto de vista atractivo que explora a ideia de que metáfora, significado (em particular, conteúdo proposicional) e uso não são conceitos mutuamente exclusivos é o pragmático — cuja formulação canónica, prosseguindo sugestões iniciais de Grice, é o de Searle 1979. A ideia básica de Searle é explicar a existência e o carácter do significado metafórico através do conceito de IMPLICATURA CONVERSACIONAL. Deste ponto de vista, a produção de frases metafóricas é apenas um dos vários tipos de situação comunicativa em que o significado que o locutor pretende transmitir não coincide com o significado literal das frases que profere (ou escreve); essa pretensão, no entanto, torna-se possível porque um conjunto de restrições sobre o que é ou não asserível (*ver* CONDIÇÕES DE ASSERTIBILIDADE, PRAGMÁTICA) num dado contexto de elocução (ou de escrita) determina aquilo que o alocutário (ou leitor) está legitimado em interpretar como o significado do locutor. Por exemplo, quando assiro «O Álvaro Cunhal é uma raposa», a óbvia falsidade dessa frase (interpretada literalmente) não pode dei-

xar de levar o meu interlocutor — presumindo, legitimamente, que, enquanto participante no diálogo, estou a cumprir a MÁXIMA CONVERSACIONAL da qualidade — a inferir que a minha intenção é a de transmitir algum outro conteúdo proposicional que não o literal. Esse novo conteúdo proposicional metafórico pode, agra-davelmente, ser descrito como dependente do literal na medida em que resulta de uma reconstrução dele — tal como em qualquer implicatura conversacional; ou seja, o ponto de vista pragmático fornece de graça (isto é, sem custos conceptuais adicionais) a explicação da relação de dependência entre significado (conteúdo proposicional) literal e significado (conteúdo proposicional) metafórico: este último é simplesmente identificado com o significado implicitado pela elocução da frase num contexto conversacional e pela identificação (dadas as máximas conversacionais) da intenção do locutor ao transmitir o seu significado literal. Esta tese tem, aparentemente, ainda o atractivo de dar conta da indeterminação (ou «liberdade») interpretativa que acompanha a metáfora: se o significado metafórico de uma frase é o resultado de uma implicatura conversacional, então é fácil compreender como pode essa frase ganhar diferentes significados metafóricos quando asserida em diferentes contextos (conversacionais) — pois essa oscilação é um apañágio das implicaturas conversacionais, dada a sua cancelabilidade.

O ponto de vista conversacional enferma, no entanto, de deficiências graves. Uma é comum à tese de Davidson e diz respeito à dificuldade em explicar a existência de metáforas mortas (ou moribundas): o processo de «literalização» de uma metáfora que perde a sua força sugestiva pelo uso repetido parece difícil de acomodar por uma explicação em termos de implicatura conversacional; não é óbvio, em particular, como podem os significados implicitados (isto é, os significados das elocuições de frases, dadas certas intenções comunicativas dos locutores) evoluir para significados literais (isto é, para significados das frases propriamente ditas). Por outro lado, e

talvez mais fundamentalmente, a tese conversacional não dá verdadeiramente conta da indeterminação interpretativa associada às metáforas. Com efeito, não só uma frase pode ter várias interpretações metafóricas consoante o contexto conversacional em que é assereida, mas também, em cada contexto, não tem determinadamente apenas uma. Ou seja, se uma frase contém uma metáfora «viva», então o seu potencial de significado vai habitualmente além daquilo que (de parafraseável) o locutor tem em mente quando assere essa frase.

Max Black enfrentou de um modo mais robusto o facto de uma metáfora (viva) não poder ser interpretada apenas como uma maneira económica e sugestiva de transmitir um significado literal e, associadamente, o facto de vir a sê-lo tanto mais quanto mais moribunda se vier a tornar. A sua ideia é que, numa frase como «Álvaro Cunhal é uma raposa», os significados literais de «Álvaro Cunhal» e «raposa» interagem de modo a gerar um conjunto de inferências acerca de Álvaro Cunhal baseadas nas características conhecidas das raposas que lhe são aplicáveis, dado aquilo a que ele chama um «isomorfismo» entre o conjunto das propriedades de Álvaro Cunhal afins das das raposas e o conjunto das propriedades das raposas que podem ser identificadas com Álvaro Cunhal. A ideia é portanto a de que tais inferências (por exemplo, a de que Cunhal é astucioso em política) são desencadeadas por uma rede de conceitos aplicáveis (literalmente) às raposas que são agora aplicados (metaforicamente) a Cunhal, encontrando correspondência em conceitos afins que lhe são literalmente aplicáveis (por exemplo, respectivamente, o de hábil a caçar presas e o de bom estratega político). Isto dá conta da relação de dependência entre significado literal e metafórico: as inferências geradoras do significado metafórico de «raposa» são baseadas no que «raposa» significa literalmente. Dá também conta de que as interpretações metafóricas das frases estão associadas a conteúdos proposicionais e condições de verdade distintas dos conteúdos proposicionais e condições de verdade literais: há um

predicado metafórico «raposa» sob o qual Álvaro Cunhal, argumentavelmente, cai (uma ideia defendida também por Nelson Goodman). A ideia de Black é a de que isto consegue explicar também que o significado metafórico seja indeterminado e VAGO: o conjunto dos conceitos que fazem parte da mencionada rede não é fechado; é algo como um conjunto difuso (*ver* LÓGICAS DIFUSAS). Este tipo de tese pode ser descrito como explicando o carácter sugestivo e a «criatividade» das metáforas (vivas) e, especificamente, o seu potencial para provocar a descoberta de conexões conceptuais até então desconhecidas — visto que os conceitos que fazem parte do paralelo (ou «isomorfismo») entre as duas redes conceptuais não são um conjunto fechado, segue-se que mais podem ser descobertos, enriquecendo o conteúdo da identificação metafórica. Deste ponto de vista compreende-se também, por outro lado, que o destino típico de uma metáfora eficaz seja o de se tornar uma verdade literal: se as conexões estabelecidas pela metáfora forem ilustrativas de propriedades reais dos objectos, então o termo metafórico passa a ser interpretado em função delas e ganha uma determinação de significado que não tinha antes; e a vivacidade da metáfora esvai-se na exacta medida em que ela passa a poder ser parafraseada literalmente — como aconteceu com «o edifício da física moderna», «a TV faz-me companhia» ou a mencionada «mete isso na cabeça».

O potencial explicativo de uma tese como a de Black é ilustrativo das credenciais do ponto de vista cognitivista no que diz respeito a elucidar o papel das metáforas na descoberta de conexões conceptuais desconhecidas e para o progresso cognitivo em geral. Tal como as restantes teses mencionadas, é ilustrativa do tipo de discussão sobre o assunto habitual em filosofia da linguagem. Estas teses têm de resistir, no entanto, à objecção oriunda da teoria literária segundo a qual versam um número reduzido e pouco variado de exemplos não sendo, por isso, as suas análises extrapoláveis para a generalidade das metáforas usadas em literatura. *Ver também* CONDIÇÕES DE ASSERTIBILIDADE,

metalinguagem

CONDIÇÕES DE VERDADE, IMPLICATURA CONVERSACIONAL, MÁXIMAS CONVERSACIONAIS, PRAGMÁTICA, PROPOSIÇÃO, SIGNIFICADO. PS

Black, M. 1962. *Models and Metaphors*. Ítaca, NY: Cornell University Press.

Moran, R. 1997. Metaphor. In B. Hale e C. Wright, orgs., *A Companion to the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ortony, A., org. 1979. *Metaphor and Thought*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Searle, J. 1979. Metaphor. In *Expression and Meaning*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

metalinguagem De um modo geral, uma metalinguagem é uma linguagem da qual nos servimos para falar sobre uma linguagem em estudo, que nessa qualidade é a linguagem objecto. Nesta perspectiva, qualquer linguagem que nos permita tomar outra como objecto, isto é, que nos permita tomá-la como referência do nosso discurso, pode ser considerada como metalinguagem e constituir, por sua vez, objecto de discurso de uma metametalinguagem.

Deve-se observar, no entanto, que o conceito de linguagem objecto é por vezes reservado para as linguagens que se referem exclusivamente a entidades extralinguísticas, não podendo nesses casos definir-se simplesmente como «uma linguagem tomada por outra como objecto».

Os conceitos de USO e menção estão estreitamente relacionados com os de linguagem objecto e metalinguagem. FM

metamatemática Ver PROGRAMA DE HILBERT.

minimal, elemento Ver ORDENS.

minimização Ver OPERADOR DE MINIMIZAÇÃO.

mínimo, elemento Ver ORDENS.

modalidade de re Se uma frase que exprime uma modalidade *de dicto* atribui necessidade ou contingência a uma proposição (*dictum*), uma frase que exprime uma modalidade *de re* atribui necessidade ou contingência directa-

mente a um objecto (*res*). Isto é, enquanto uma frase que exprime uma modalidade *de dicto* atribui a uma proposição a propriedade de ser necessariamente verdadeira ou a propriedade de ser contingentemente verdadeira, uma frase que exprime uma modalidade *de re* atribui a um objecto a propriedade de ser necessariamente isto ou aquilo ou a propriedade de ser contingentemente isto ou aquilo. Por exemplo, a frase «O número de planetas do sistema solar é possivelmente maior do que nove» é ambígua, podendo exprimir duas proposições: I) uma proposição *de dicto* do tipo *a proposição de que o número de planetas do sistema solar é maior do que nove é possivelmente verdadeira*, isto é, uma proposição (verdadeira) acerca de uma proposição; ou II) uma proposição *de re* do tipo *o número de planetas do sistema solar (ou seja, nove) é contingentemente maior do que nove*, isto é, uma proposição (falsa) acerca de um objecto. Ver DE DICTO / DE RE. MF

modalidades Modos da verdade. Uma verdade pode ser 1) necessária ou contingente, 2) *a priori* ou *a posteriori*, ou ainda 3) analítica ou sintética. As primeiras são modalidades aléticas, as segundas epistémicas e as terceiras semânticas. Outros tipos de modalidades incluem as temporais e as deonticas. Usado sem qualificativos, o termo «modalidades» refere-se às modalidades aléticas, a que por vezes se chamam também «metafísicas» ou até «lógicas».

Uma proposição é uma verdade necessária quando não poderia ter sido falsa, contrastando assim com as verdades contingentes, que são proposições verdadeiras que poderiam ter sido falsas. As verdades da matemática e da lógica são os exemplos menos controversos de verdades necessárias: «Se Sócrates é grego, é grego» exprime uma verdade que não poderia ter sido falsa, assim como a verdade de que $2 + 2 = 4$. As verdades conceptuais são também exemplos relativamente incontroversos de verdades necessárias: «Nenhum objecto verde é incolor», por exemplo, exprime uma verdade necessária. Outras verdades necessárias são